



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP  
GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

TAUANNA FALEIRO BARROS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO:  
O PLANO ANUAL DE TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL DA EMATER-UNIDADE  
LOCAL DE FORMOSA-GO

Planaltina, setembro de 2012.

TAUANNA FALEIRO BARROS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO  
O PLANO ANUAL DE TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL DA EMATER-UNIDADE  
LOCAL DE FORMOSA-GO

*Relatório Final de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Gestão do Agronegócio da Faculdade UnB para obtenção do diploma de graduação sob orientação do(a) professor(a) Dr. Sérgio Sauer. Supervisora de estágio: Engenheira agrônoma Rosângela Alves de Melo*

Planaltina, Setembro/2012

## AGRADECIMENTOS

*A Deus, pois sem Ele eu nunca teria chegado ao fim dessa jornada. Aos meus familiares pelo apoio e dedicação em minha jornada de estudos. Ao campus UnB Planaltina por ter me dado amplas possibilidades de estudo, pesquisa, ambientação na área e motivação a seguir em frente. Aos meus colegas de curso que tanto me ajudaram nos estudos, na vida pessoal e lazer tornando os anos de curso um dos melhores da minha vida, em especial Alberto Abadia Santos Neto, Ana Karoline, Tayline Walverde em que juntos formávamos o “quarteto fantástico” vivendo momentos amizade de cooperação. A todos os professores, principalmente ao meu orientador Sérgio Sauer pela paciência e ensino, por me passar seus conhecimentos e experiências me engrandecendo como profissional e como pessoa. Aos meus colegas de estágio da EMATER-local Formosa-GO, pela paciência, dedicação, ensinamentos e pelo vínculo amigo estabelecido. A todos amigos e pessoas que colaboraram para meu crescimento e formação.*

*Dedico esse trabalho aos meus pais (in memoriam)  
Luís Alberto Barros e Maria de Lourdes Faleiro, que  
sempre me incentivaram e me apoiaram nos  
momentos que mais precisei. E ao meu filho Noah  
Luís que é sempre será minha motivação na vida.*

## RESUMO

Esse trabalho relata um resumo das atividades desenvolvidas durante o período de estágio supervisionado do curso de graduação de Gestão do Agronegócio, pela Faculdade UnB de Planaltina, na agência goiana de Assistência Técnica, Extensão rural e pesquisa agropecuária- EMATER-GO, agência de cunho governamental estadual, interagindo em parceria com a Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura Municipal, Secretaria de Meio Ambiente Municipal e entidades representativas da sociedade. Além de relatar atividades do estágio esse trabalho tem como objetivo caracterizar a assistência técnica em Formosa-GO, seus problemas e sua importância no desenvolvimento econômico e social para região, especialmente para agricultura familiar. Para tanto foi feito um estudo exploratório de seu Plano anual de atividades, sobre programas e métodos adotados pela agência na extensão, sua eficácia, intempéries da atividade, relacionando com as ações demandadas pelos próprios agricultores familiares do município.

Palavras-chave: assistência técnica, agricultura familiar, Formosa-GO, EMATER-GO.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	5
DICIONÁRIO DE SIGLAS .....	8
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO: HISTÓRICO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL:.....	11
2.1 HISTÓRICO DA ATER.....	11
2.2 ATER NO BRASIL.....	12
2.3 ATER NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO VERDE.....	16
2.4. MUDANÇA NA ATER E O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO.....	19
2.5. LEI DE ATER 2010- PNATER .....	20
3. a ATER EM FORMOSA – GO.....	23
3.1. CONTEXTO DO ESTÁGIO.....	23
3.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EMATER FORMOSA <sup>1</sup> .....	30
3.2. EMATER E O PLANO ANUAL De ATIVIDADES .....	32
3.3. PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA EXTENSÃO NO BRASIL E EM FORMOSA.....	35
4. PRINCIPAIS ATIVIDADE DESVOLVIDAS NO ESTÁGIO .....	36
4.1. AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO .....	38
5. CONCLUSÃO.....	39
6. BIBLIOGRAFIAS.....	40
7. ANEXO .....	44
7.1. ENTREVISTAS COM OS TÉCNICOS .....	44

7.2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO PLANO ANUAL - DEMANDAS  
LEVANTADAS E PRIORIZADAS .....46

## DICIONÁRIO DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural.

AIA – American International Association for economic and social development.

AGDR- Agência Goiana de Desenvolvimento Rural

AGRODEFESA- Agência goiana de defesa agropecuária

APP- Área de preservação permanente

ATES- Assistência técnica ambiental e social

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.

CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNATER- Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão na agricultura familiar e reforma agrária

DAP- Declaração de Aptidão ao PRONAF

DATER- Departamento de Assistência técnica e extensão rural

DRP- Diagnóstico Rural Participativo

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMATER GO – Agência Goiana de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FCO- Fundo Constitucional de financiamento do Centro-Oeste

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA- Ministério do Desenvolvimento agrário

ONG- Organização não Governamental



PNCF- Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNATER- Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural

PRONATER- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROFIR- Programa de Financiamento de Equipamento de Irrigação

POLOCENTRO- Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados

PROLEITE- Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira

PROVÁRZEA- Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis

RB- Relação de beneficiários da Reforma Agrária

SAF- Secretaria da Agricultura Familiar

SEAP- Secretaria especial de agricultura e pesca

SEPLAN- Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

## 1. INTRODUÇÃO

A Agricultura familiar compõe parte significativa do rural brasileiro. Representa uma ampla diversidade social, econômica e de padrões tecnológicos, portanto a assistência técnica faz-se necessária, especialmente para um setor tão desfavorecido e que ainda assim é a base produtiva dos principais alimentos que compõem a nossa mesa.

A assistência técnica deve ser um processo educativo não convencional de ensino, servindo-se de metodologias próprias que facilitam o processo de adoção de tecnologias aos quais devem ser acessíveis aos agricultores familiares.

Devido a sua importância para a cadeia produtiva do país e bem estar do ser humano no campo, estagiar no órgão EMATER-GO traz grandeza prática e pessoal, pelo contato direto com os agricultores, possíveis resoluções de problemas e esforço para melhorias e manutenção agricultor no campo.

Como em todo Brasil a Agência Goiana de Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER-GO) foi uma das peças-chaves para inserção de produtores no mercado através da consolidação de inúmeras culturas e atividades agropecuárias, adoção de tecnologias, expansão de conhecimento, porta para acesso ao crédito, entre muitos outros serviços.

O município de Formosa, polo do Nordeste Goiano, possui papel de destaque nas atividades agrícolas e agropecuária, existência de recursos naturais favoráveis e porta de entrada para o turismo. Com uma composição econômica com destaque na área rural, a EMATER Unidade Local de Formosa atua em diversos segmentos de produção, criação, crédito rural e serviços de acordo com a demanda. Mesmo com tamanha importância percebe-se a grande dificuldade de executar todos os serviços demandados pela falta de recurso e incentivo governamental.

No presente estudo será abordado a trajetória da ATER no Brasil, em Goiás e no município de Formosa onde o estágio foi realizado. Para isso foi feito um estudo exploratório do Plano Anual da agência afim de identificar suas propostas de trabalho, restrições e expectativas. Para análise do estudo do Plano de ação da

EMATER unidade local Formosa utilizou-se como base a linha de pensamento de Francisco Roberto Caporal, grande conhecedor da extensão rural brasileira.

Este relatório é composto de 4 partes principais, sendo a primeira parte uma revisão da literatura do histórico da ATER, sua trajetória no Brasil, seu contexto da Revolução Verde, suas principais fases, a contextualização de Formosa-GO e a assistência técnica do município, o estudo anual de seu Plano de Ações, as considerações finais e por fim com anexo da entrevistas feita com o corpo técnico da EMATER e informações complementares do Plano de atividades elaborado pela agência.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO: HISTÓRICO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL:**

### **2.1 HISTÓRICO DA ATER**

O trabalho de extensão rural é uma prática antiga desempenhada desde o período Neolítico embora não tivesse ainda tal denominação. Com a sedentarização do ser humano, estes trocavam informações sobre sua relação com a natureza e o uso de materiais de trabalho na prática agrícola, havendo assim agregação de suas experiências. É provável que a introdução de serviços de extensão agrícola tenha sido uma resposta às exigências do processo de acumulação primitiva. Depreende-se então que a atividade extensionista surgiu como as emergentes necessidades do homem em cada época (CAPORAL, 1991).

“Possivelmente, o primeiro e moderno serviço de educação e extensão agrícola foi estabelecido na Irlanda, durante a grande fome da batata, em meados do século XIX” (CAPORAL, 1991, p. 28). As trocas de informações que, nas sociedades primitivas eram baseadas na cooperação foram sofrendo mudanças com a divisão social da produção e o desenvolvimento das forças produtivas, começando assim a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Para Santos (apud Caporal, 1991, p.29):

*A função de planejar, a tarefa de definir o objetivo do trabalho, escapar do trabalhador direto e incorporar-se-á ao proprietário dos meios de produção. Esta separação, que começa tão logo a sociedade primitiva começa a deteriorar-se, torna-se nítida e fundamental à medida em que evolui o capitalismo, assumindo sua feição industrial e sua etapa monopolista/imperialista.*

É importante também destacar o papel de empresário norte-americano Nelson Rockefeller articulando com o Estado brasileiro, para a implantação do serviço de extensão rural. Apoiador da industrialização brasileira e abertura de capital estrangeira demonstrava o interesse de se superar o “atraso” da agricultura para dar maior sustentação à política de industrial.

A Assistência Técnica e Extensão rural (ATER) é uma sigla usada para descrever os agentes que trabalham em programas de fomento agrícola de cunho governamental em benefício dos agricultores. Serviço gratuito de educação não formal promove processos de gestão, produção, comercialização e beneficiamento de atividades ligadas ao campo.

## 2.2 ATER NO BRASIL

No Brasil a extensão rural surge oficialmente em 1948 através do convênio entre o Governo de Minas Gerais e a Associação Internacional Americana – AIA (vinculada ao grupo Rockefeller) com a qual criou a Associação de crédito e Assistência rural (ACAR). Tinha o objetivo atender e auxiliar os pequenos produtores que utilizavam do crédito rural. Nesse período a assistência era tida como processo somente educativo com intuito de promover a interiorização das técnicas desenvolvidas pelo capitalismo industrial. Em 1959 surge, para coordenar as ACARs brasileiras, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

O histórico da Extensão Rural esteve baseado na difusão de inovações tecnológicas tendo como objetivo a modernização conservadora nascida sob o comando do capitalismo. Com forte influência ideológica norte-americana e estabelecida no período da Guerra Fria visava superar o atraso na agricultura.

Os agricultores eram vistos apenas como depositários de conhecimentos muitas vezes não adequados a sua situação. Eram vistos sob o modelo “tecnicista” onde leva informações sem levar em conta as experiências de vida das pessoas atendidas.

Dentro desse modelo de desenvolvimento foi criada a Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária (EMBRAPA) que junto com a ABCAR assume o papel de solucionar os problemas advindos do modelo tecnicista. A EMBRAPA produzia a tecnologia enquanto as ATERs difundiam entre os produtores que tinham condições econômicas para aderir os novos pacotes, geralmente grandes latifundiários. Posteriormente assumindo características mais claras, a partir de 1974, cria-se a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural (EMBRATER) onde coordenou no País a ação do Estado para o meio rural e colaborou com a expansão dos serviços prestados.

Essa primeira fase da extensão rural foi denominada humano-assistencialista onde os objetivos era o de aumentar a produção e conseqüentemente o bem estar das famílias, porém não levava em conta a consciência crítica dos indivíduos. Essa fase se deu entre 1948 e 1960. Nesta fase a extensão rural servia como instrumento de inserção do homem rural no mercado. A ATER visava somente o aumento da produtividade e conseqüentemente aumentar o bem estar das famílias rurais, com aumento de renda e redução de mão de obra. Apesar da “boa” intenção estes métodos não levaram o desenvolvimento social ao campo, principalmente por não problematizarem com os indivíduos.

Em 1974 com reformulações feitas na ABCAR surgem então as EMATERES coordenados pela EMBRATER e vinculados ao MAPA.

Dentro desse processo estava um modelo de desenvolvimento urbano-industrial do país onde se encontra a Revolução Verde encaixada na segunda fase da extensão rural brasileira chamada de difusionismo produtivista, período com abundante crédito subsidiado para a modernização da produção.

Com o insucesso da extensão nas décadas anteriores a partir de 1970 e 1980, muitos críticos baseado inclusive na ideologia de Paulo Freire afirmavam que a forma como a extensão vinha sendo construída não estava trazendo melhorias efetivas, necessitando de uma nova formulação.

Em 1990 a EMBRATER foi extinta, porém as cobranças dos movimentos sociais camponeses em torno da política nacional de reforma agrária, em especial do serviço de ATER são configuradas em 1996 (SILVA, 2010). Assim surge o Departamento de Assistência técnica e extensão rural (DATER) dando suporte para ações governamentais de ATER e focando no pequeno agricultor.

O principal órgão de extensão pública no Brasil tem sua ação no âmbito das relações sociais vista não somente pela transferência de tecnologia, mas uma atuação mais abrangente, preocupada com a conscientização política, social e cultural do meio em que atua. (EMATER- RS; 1987:39). A ATER tem como foco desenvolver o meio rural de forma sustentável, propiciando segurança alimentar, econômica e social. Para isso, presta assistência técnica e gerencial aos produtores, ministram treinamentos, cursos, palestras, encontros; coletam dados referentes à suas comunidades, trabalham em parceria em benefício dos pequenos produtores, atendem a os serviços demandados

A ATER foi umas das primeiras a articular extensão rural com crédito agrícola com metodologia própria de comunicação. Mesmo com continuadas crises de instabilidade e deterioração de recursos, vive atualmente um processo de recuperação e fortalecimento.

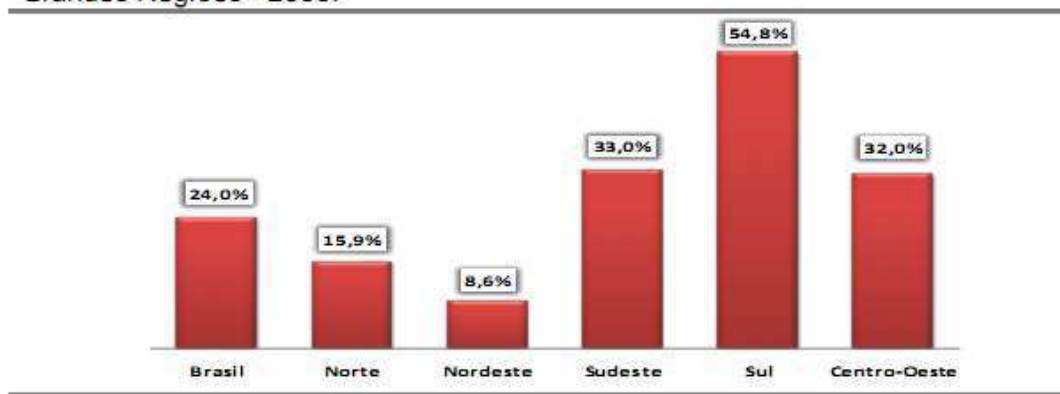
No Brasil as políticas públicas levam em consideração o critério de módulos fiscais para classificar as propriedades para identificar quais agricultores se encaixam na produção familiar e devem receber assistência do governamental. Conseqüentemente o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) baseia-se na Lei 11.326 que define o agricultor familiar rural os que se encaixam nas seguintes premissas:

- a) Não ser detentor de área maior do que quatro módulos fiscais (o número de módulos é específico para cada região);
- b) Utilizar predominantemente mão de obra da própria família;

- c) Ter renda familiar originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d) Dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 as atividades de ATER continuam muito limitadas no Brasil, praticadas aproximadamente em apenas 24% dos estabelecimentos em nível nacional sendo sua distribuição nos serviços prestados muito desigual em todo o território brasileiro. Das propriedades assistidas 40% da extensão é de origem governamental voltadas principalmente para os estabelecimentos de menor tamanho.

Gráfico 1. Brasil. Atividades de Ater recebida pelos estabelecimentos, segundo as Grandes Regiões - 2006.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

Os profissionais que atuam na área de extensão geralmente são engenheiros agrônomos, zootecnistas, médicos veterinários, gestores, técnicos agropecuários entre outros profissionais ligados ao meio rural. Têm como principais objetivos melhorar a renda e qualidade de vida por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, do acesso aos recursos e serviços de forma sustentável. Para tanto dispõe o DATER vinculado a Secretária de Agricultura Familiar (SAF/MDA) para coordenação das atividades. (PORTAL MDA, 2012)

### 2.3 ATER NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO VERDE

Iniciada por volta dos anos 60 desenvolveu pacotes tecnológicos modernos que visavam a maior produtividade, maximização de rendimentos, elevação da capacidade potencial dos cultivos e otimização da produção. Como objetivos principais estava à geração de condições ambientais propícias com a eliminação de predadores naturais através de agrotóxicos, nutrição das culturas de forma sintética com utilização de fertilizantes e desenvolvimento genético das sementes, produzindo variedades que se adaptassem a um amplo leque de condições. Assim a Revolução Verde através da difusão internacional das técnicas de pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônômicas e de insumos industriais genéricos. (MATOS, 2010)

De acordo com Matos (2010), esse processo possibilitou o melhoramento de formas de produção na maioria dos grãos agrícolas com uma melhor utilização do solo, proporcionando uma queda no preço médio dos alimentos. Porém trouxe consigo consequências desastrosas sendo elas:

- a) Danos ambientais: a poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e o assoreamento dos rios;
- b) Danos sociais: modelo concentrador de terras, excludente de massas significativas da população, queda na qualidade de vida e das condições mínimas de acesso a terra, trabalho, emprego, saúde e educação dos mais pobres, ou seja, uma modernização socialmente injusta;
- c) Danos econômicos: elevação dos custos associada às crises do petróleo resultou em uma crise financeira que impôs a necessidade de mudanças no desenvolvimento de matrizes energéticas.

A metodologia difusionista esteve baseada no enfoque behaviorista onde para cada ação há uma reação. Assim o homem pode ser domesticado, condicionado, convencido e readaptado em seu mundo. Sua principal missão era a persuasão dos agricultores para que adotassem pacotes prontos. Esse modelo tinha propósitos de grande desenvolvimento baseado na monocultura, exportadora e consumidora de



tais pacotes tecnológicos subordinados ao complexo agroindustrial. A grande preocupação era com a quantidade de alimentos e matérias primas para os complexos agroindustriais, ancorada numa perspectiva meramente econômica, que buscava a produtividade física do solo acima de quaisquer outras variáveis relativas à ocupação do espaço rural (PORTO GONÇALVES, apud BALEM et. al,2009).

A assistência técnica era tida como um processo educativo que objetivava a somente a mudança de comportamento dos agricultores utilizando a ATER como difusora das inovações geradas. Foram implantados com auxílio do tripé ensino, pesquisa e extensão e era conhecido como difusor por apenas divulgar, impor, estender o conceito sem levar em conta as experiências da pessoas atendidas.

Paulo Freire denominava de “educação bancária” tal método de extensão. Segundo ele, “transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”.

A forma convencional de transferência de tecnologias apresentam limites e ineficiências já que os agricultores são pensantes e resistem à domesticação. Diante a inoperância desse modelo, as críticas trouxeram mudanças estruturais nas ações governamentais e o MDA, através da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF- coordenou a elaboração da nova PNATER e a reformulação da sua missão, com enfoque no desenvolvimento sustentável e metodologias participativas, preconizando o fortalecimento do pequeno agricultor.

Com o esgotamento dos modelos de produção, baseados somente da Revolução Verde, a extensão rural brasileira teve que se voltar para o enfrentamento da crise socioambiental e econômica resultantes dos modelos de agricultura e desenvolvimento convencionais utilizados nas últimas décadas. Além disso, a Agricultura Familiar passou a exigir mais atenção e assistência.

Em oposição ao difusionismo da extensão onde os agricultores eram tidos apenas como “depositários” de informações, Paulo Freire (1983) destaca-se como um dos primeiros críticos desse processo educacional e da extensão convencional propondo relação dialética entre o agricultor e o extensionista, troca de saberes e adequação a realidade local. Segundo ele, não é possível ao profissional mudar a atitude dos camponeses em relação ao seu conhecimento próprio, mas sim fazer

inserção crítica em sua totalidade, constituindo uma relação de homem-mundo, relações de transformação e aperfeiçoamento da problematização crítica destas mesmas relações.

A partir desta revisão e novo enfoque, entende-se que extensão rural deve contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, mediante a utilização de métodos participativos com processos educativos, permanentes e continuados com prática dialógica e pedagogia construtivista.

O atual modelo teórico-pedagógico é baseado no construtivismo onde o agricultor possui acúmulo de conhecimentos históricos, culturais que devem ser levados em conta e incorporados no desenvolvimento rural.

Em sua nova política a ATER estabelece que a extensão deva:

*Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (CAPORAL e RAMOS, 2006 apud BRASIL, 2004, p.06).*

Essa mudança exige que o extensionista seja um impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais, estimulando os laços de solidariedade no meio rural, utilizando métodos participativos que permitam a capacidade de decisão dos grupos sobre sua própria realidade. Ai reside à riqueza da nova ATER em sua adaptação a todas as realidades não simplesmente seguindo um modelo linear preconizado anteriormente. Essa mudança, como toda quebra de paradigma, trás um momento de desordem e redução de eficiência. Para seu sucesso é necessário o envolvimento de todos os seus membros, democratizando suas decisões e estimulando a co responsabilidade. (CAPORAL, 2006)

Nesta nova qualificação as estratégias devem ter foco na comunidade como um todo em grupo de interesses de forma inovadora. Para isso, segundo Caporal, faz-se necessário, por exemplo, o treinamento de pessoas dentro da própria comunidade como jovens que ajudem a resolver problemas simples de manejo agropecuário, estimular os mutirões e fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre famílias de agricultores, socializar os saberes na relação agricultor vs agricultor. Ou seja, menos receitas e mais criatividade.

A formação dos agentes deve ser mais interdisciplinar sendo ele também um educador e psicólogo, por exemplo, tendo uma visão mais sistêmica e estabelecendo parcerias com profissionais de diversas áreas para complementar os conhecimentos necessário para melhor qualidade do seu trabalho.

#### 2.4. MUDANÇA NA ATER E O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO

Nesta perspectiva construtivista, foram formulados diversos métodos de levantamento de informações e atuação do agricultores familiares. Dentro desses métodos está o Diagnóstico rural Participativo (DRP) como facilitador do desenvolvimento comunitário rural. Nascido por volta dos anos 1980, o DRP procura maior participação dos seus beneficiários aliando necessidades a sua realidade. Tenta-se solucionar os problemas e encontrar possíveis melhorias por meio da elaboração, análise e desenvolvimento de projetos. Dentro do DRP estão técnicas que permitem que as próprias comunidades façam seus diagnósticos e assim possam gerenciar seu planejamento e desenvolvimento onde compartilham suas experiências e conhecimentos para melhoria de suas ações. Não é somente uma coleta de informações dos participantes, eles devem fazer uma auto-reflexão sobre seus problemas. Seu objetivo é apoiar a autodeterminação pela participação incentivando o desenvolvimento sustentável.



Diferentemente dos métodos convencionais de pesquisa o DRP usa fontes diversas para assegurar uma coleta compreensível de informação. Estas podem ser a revisão de dados secundários; as fotografias aéreas e imagens de satélite; a observação direta de eventos, processos, as relações entre as pessoas, que a equipe vai anotando; as entrevistas semi estruturadas; os diagramas; os mapas e travessia e os calendários de atividades. (COTRIM e RAMOS, 2006).

## 2.5. LEI DE ATER 2010- PNATER

Diante dos questionamentos e novas formulações da ATER a extensão rural foi desafiada a se posicionar diante de novos referenciais. Reconhecendo a importância do serviço da ATER, o Governo constituiu em 2003, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Porém essa política foi aprovada e sancionada através da lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituindo a PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

A PNATER permite a contratação de serviços de forma contínua com pagamento por atividade, fomentando o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Com este propósito a PNATER baseia-se na adoção de uma metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública. (FERNADES e PLATA, 2012).

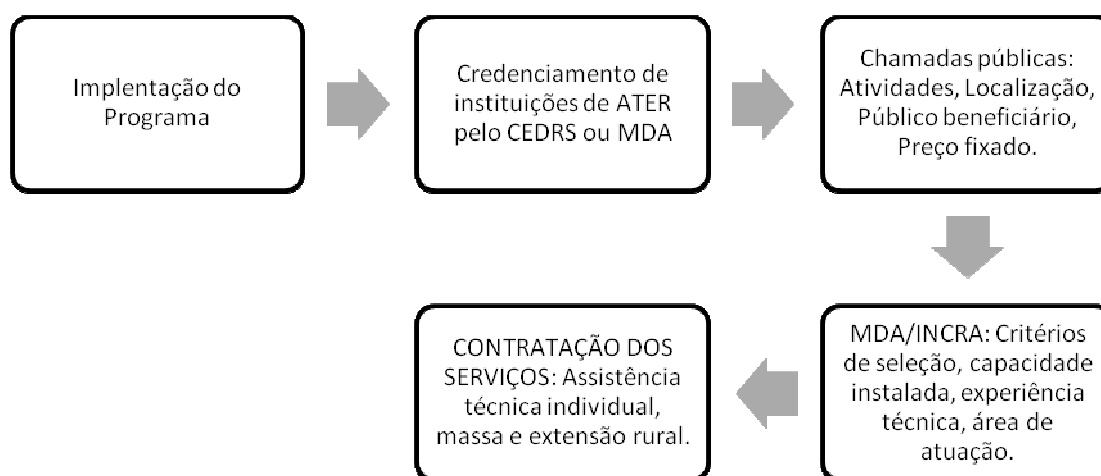
*Vamos fazer isso de forma mais transparente, com a contratação, por meio de chamadas públicas, de entidades que sejam capazes de prestar os serviços. Também vamos ter mais celeridade, porque pagaremos por serviços prestados. Com isso, não haverá mais problemas de interrupção dos serviços para a celebração de novos convênios, gerando a falta de continuidade. Palavras do ex- ministro do MDA Guilherme Cassel (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 11/01/2010)*

Entre os princípios dessa política, segundo o MDA, destacam-se: gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares; igualdade nas relações de gênero, raça e etnia; contribuição

para a segurança alimentar e nutricional. Entre seus objetivos estão o de aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários florestais e artesanais; a melhoria da qualidade de vida fundamentada em princípios agroecológicos, gestão de negócios; o apoio ao associativismo, fortalecimento da agricultura familiar e o aumento da renda dos beneficiários (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2010). Para alcançar tais objetivos fez-se necessária mudanças complexas na gestão da ATER, em treinamento e capacitação de seu pessoal, na forma operacional e também desde a pesquisa e no ensino ainda executados de forma linear, ou seja, romper com padrão anterior de extensão.

Em 2004 foram definidas as diretrizes para a elaboração do PRONATER para a implementação da PNATER. O PRONATER passa a ser implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ligados aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). O programa tem por objetivo principal organizar e executar os serviços de ATER de acordo com os recursos disponíveis. Os serviços de ATER passam a ser contratados por meio de Chamadas Públicas realizadas pelo MDA e pelo INCRA.

#### Fluxograma de implementação do Programa



Para aperfeiçoar e fortalecer a PNATER foram criadas as Redes Temáticas de ATER. Essas redes promovem a articulação entre as organizações e entidades com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, elas facilitam troca de experiências, dá maior conhecimento sobre políticas públicas, ajuda na formação de agentes de ATER, visando sempre o desenvolvimento sustentável. As Redes são formadas por articuladores Estaduais e representantes de órgão oficiais de ATER como organizações da sociedade civil.

Segundo Miguel (2012), a PNATER teve mudanças significativas como adoção da agroecologia, promoção do desenvolvimento rural sustentável, reconhecimento da diversidade das populações, o atendimento com uma metodologia participativa valorizando o conhecimento dos beneficiários, a ampliação da diversidade de agentes de ATER, a inclusão de enfoques de gênero, raça e etnia nos programas e orientações de projetos, assim promovendo a equidade social e da cidadania.

Apesar de sua criação em 2004, foi apenas em 2010 que a nova lei de ATER (Lei nº 12.188) foi regulamentada através do Decreto no. 7.215 de 15 de junho de 2010. Suas metas e estratégias foram definidas e construídas em caráter participativo na Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – CNATER- que discutiu o papel da Ater na disponibilização de diferentes políticas públicas para a Agricultura Familiar e em como estruturar um serviço que seja mais efetivo. A partir dos objetivos da PNATER, a Lei de Ater foi estruturada de forma a contemplar o interesse de diversos grupos como:

- a) Assentados da reforma agrária;
- b) Povos indígenas;
- c) Remanescentes ou comunidades quilombolas;
- d) Comunidades tradicionais;
- e) Agricultores familiares entre outros grupos sociais do campo.

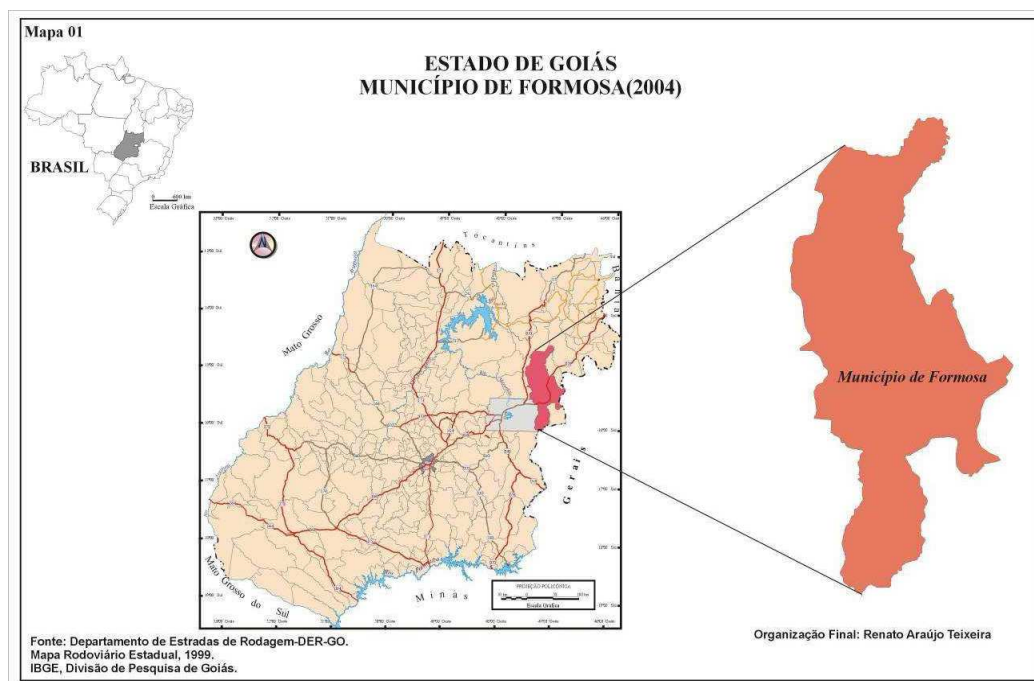
Para ser beneficiário o agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP ou constar na Relação de Beneficiário de reforma agrária - RB. Os pontos principais dessa lei são:

- a) Ampliação de oferta e prestação de serviços da ATER;
- b) Programa nacional de Assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar e na reforma agrária;
- c) Política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar;
- d) Mudança na forma de repasse dos recursos destinados a Extensão rural;

### 3. A ATER EM FORMOSA – GO

#### 3.1. CONTEXTO DO ESTÁGIO

Arraial de Couros foi o primeiro nome de Formosa, criada na segunda metade do século XVII. Os habitantes viviam da pecuária e da lavoura, existindo alguns curtumes de couros e peles. A cidade esteve na rota do ouro tendo como marco histórico a instalação da Estação Fiscal Registro da Lagoa Feia, em fevereiro de 1736, temendo a evasão do ouro e o não pagamento dos tributos. Antes de existir as vilas auríferas, já existiam vilarejos de criação de gado. Somente em 1º de agosto de 1843, o arraial foi elevado à categoria de vila e pela primeira vez apareceu o nome Formosa: Vila Formosa da Imperatriz.



Visto que o município de Formosa surge com os desbravadores no século XVIII, sabe-se que nessa época foi estabelecida a comunicação do sertão com os canais da Bahia e Minas Gerais nas terras em que se formaria o povoado. Seu sucesso deveu-se à ao clima e a oportunidade de bons negócios que atraíam garimpeiros de outras regiões, dedicando-se à formação de fazendas de criação e desenvolvimento do comércio de couros. Havia também o costume de cobrir as primitivas habitações com pele de animais. Dáí seu nome de origem. Todavia, a origem de Formosa está fundamentada em dois grandes pilares: a agricultura e a pecuária. Até hoje a base da economia municipal está centralizada na agropecuária.

Microrregião do Entorno de Brasília, o município foi beneficiado mais diretamente pelos Programas: POLOCENTRO (programa com o objetivo de desenvolver a pecuária e as plantações de soja nas médias e grandes propriedades) e Programa de Desenvolvimento Geoeconômica de Brasília na década de 70. Já na atualidade, o objeto Formosa integra-se ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal e Nordeste Novo desenvolvido pelo Governo do Estado de Goiás através da - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento econômico (SEPLAN) e Agência goiana de desenvolvimento rural (AGDR).

Pela sua posição geográfica e pelo seu desenvolvimento, Formosa é também conhecida como Portal do Nordeste Goiano, funcionando como polo de captação e irradiação de toda a região possuindo um papel de destaque na agricultura e pecuária dentro do contexto nacional. Muitos autores, dentre os quais, Estevam (1998, p.194) e Deus (2002b, p.181), concordam que o efeito da explosão da capital federal repercutiu consideravelmente em Luziânia (“cidade dormitório”) e Formosa. O professor Neto (2004, p.124) é mais categórico ao dizer que:

*Nem mesmo Luziânia, com os seus quase 150 mil habitantes e que abriga algumas das atividades industriais e comerciais que servem a Brasília, ou Formosa, menos influenciada diretamente pela capital do que as outras cidades, porque um pouco mais distante, escapam desse destino que parece ser irreversível: viver à sombra do poder, mas sem poder usufruir os benefícios e vantagens que ele proporciona. No seu conjunto, essas cidades têm outra função nada urbana no sentido restrito do termo: serem cidades-dormitório de uma massa proletária enorme que busca em Brasília um mercado de trabalho não qualificado. Nesse sentido, elas competem, com desvantagens – porque não usufruem os benefícios sociais do Governo do DF -, com o proletariado das cidades satélites....*



Um dos eventos mais importantes da cidade atualmente, a Festa da Agropecuária origina-se por volta em 1944 em uma exposição de gado. Simplesmente uma exposição para ver gado de raça pura e fazer bons negócios. Na exposição, nada de produtos agrícolas, máquinas agrícolas, etc. Exposição de gado, somente gado. (SILVA, 1999, p. 42). Vale ressaltar a importância da sua riqueza natural, com grande número de cachoeiras, dentre elas destaca-se a Cachoeira do Itiquira, localizada a 34 quilômetros do centro da cidade, é umas das mais altas da América Latina com 168 metros de altura.

Goiás tem importantes posições em diversos segmentos agropecuários como na produção de grãos, cana de açúcar, na criação de gado de corte e leiteiro, entre outros. A região, por suas condições climáticas, topográficas é muito propícia para atividade pecuária, abrigando 35% do rebanho nacional. Formosa como polo regional de comércio agrícola, destaca-se pelas potencialidades nas atividades pecuária e agrícola e existência de recursos naturais favoráveis a serem explorados para o desenvolvimento do turismo.

Participação no PIB do Brasil a preços de mercado corrente do Estado de Goiás

Estado	de	1980	1990	1997	1998	1999	2000	2001
Goiás		1,8	1,75	1,84	1,91	1,84	1,97	2,09

Fonte: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais.

### 3.2. ESTUDO E ANÁLISE DO AGRONEGÓCIO MUNICIPAL

A produção antes da porteira diz respeito a aquisição, de sementes, mudas, fertilizantes, equipamentos, embalagens, tratores, ou seja os insumos para a produção. Na tabela 1 está descrita as principais empresas e estabelecimentos para aquisição de insumos.

Tabela 1- Estabelecimentos para aquisição de insumos

Discriminação	Quantidade(nº)
Estabelecimentos de comércio de insumos agropecuários	27
Indústria de insumos agropecuários	03
Revenda de máquinas e equipamentos agropecuários e tratores	05
Organizações de prestação de serviços na agropecuária	06
Unidades de recebimento de embalagens de agrotóxicos – ADIF	01

Fonte: EMATER

O município de Formosa adquire parte dos insumos de outros municípios e ou estados como: defensivos, fertilizantes, parte das sementes, medicamentos veterinários. Quanto à venda de insumos o município é rico em produtos minerais: calcário, areia brita e possui unidades de produção de sementes com autonomia própria para abastecer a si própria e comercializar para outros municípios e estados.

Em sua produção propriamente dita do ano 2011-2012 encontra-se na tabela 2. Entende-se como produção da porteira pra dentro o segmento primário de agronegócio

Tabela 2 - Número de produtores, área/rebanho, produção e rendimento das principais explorações do município. Ano 2011-2012

Culturas e Criações	Nºde produtores	Área/ Rebanho		Produção		Rendimento	
		Unidade	Quant.	Unidade	Quant.	Unidade	Quant.
Arroz sequeiro	50	ha	400	T	600	kg/ha	1.500
Arroz irrigado	03	ha	300	T	1.800	kg/ha	6.000
Feijoo	20	ha	1.320	T	2.930	Kg/há	2.220

Feijão Irrigado	16	ha	770	T	2.310	kg/ha	3.000
Mandioca	250	ha	450	T	9.000	kg/ha	20.000
Milho	185	ha	4.500	T	33.750	kg/ha	7.500
Agricult. Orgânica	01	ha	10	T	80	kg/ha	8.000
Soja	20	ha	8.000	T	20.800	kg/ha	2.600
Citros	30	ha	15	T	165	kg/ha	11.000
Banana	50	ha	50	T	400	kg/ha	8.000
Sorgo	15	ha	600	T	2.160	kg/ha	3.600
Café	20	ha	25	T	20	kg/ha	800
Coco da Bahia	08	ha	50	T	1.400	kg/ha	28.000
Tomate de mesa	15	ha	12	T	480	kg/ha	40.000
Melancia	04	ha	04	T	100	kg/ha	25.000
Repolho	12	ha	03	T	58	kg/ha	19.200
Cana de Açúcar	60	ha	5.180	t	207.200	kg/ha	40.000
Abóbora	12	ha	04	T	80	kg/ha	20.000
Pepino	12	ha	04	T	184	kg/ha	46.000
Pimentão	12	Ha	06	T	240	Kg/há	40.000
Feijão-vagem	12	ha	04	T	38	kg/ha	9.600
Cenoura	05	ha	05	T	100	Kg/há	20.000
Outras hortaliças	15	ha	04	T	20	kg/ha	5.000
Bovinos de corte	1.760	Cabeças	223.100	Cab. Comercializada	29.000	Ind. com.(%)	13%
Bovinos de leite	444	Cabeças	25.100	1000 l. leite	8.433,6	L/vaca/ano	960

Suína banha	285	Cabeças	855	Cab. Comercializada	342	Ind. com.(%)	40
Suínos carne	16	Cabeças	640	Cab. Comercializada	384	Ind. com.(%)	60
Avicultura	252	Cabeças	15.120	Cab. Comercializada	9.072	Ind. com.(%)	60
Piscicultura	06	M2	30.000	Kg carne	12.000	Kg carne/m2	0,4
Apicultura	36	Colméia	1101	Kg mel	22.020	Kg/colméia/ ano	20

Fonte: IBGE / EMATER-GO

Segundo informações da própria EMATER-GO os principais problemas de produção no município de Formosa são:

- a) Falta de máquinas agrícolas e equipamentos adequados para distribuição de tarefas;
- b) Renovação de equipamentos de última geração, condizente com as necessidades, uso de tecnologias inadequadas;
- c) Mão de obra pouco qualificada, resistência dos produtores na adoção de novas tecnologias
- d) Profissionais de assistência técnica insuficiente para atender a demanda existente;
- e) Baixa fertilidade da maioria dos solos do município.
- f) Dificil acesso aos recursos financeiros subsidiados e alto custo dos insumos agrícolas
- g) Falta de políticas agrícolas com saneamento, de transporte e segurança pública na zona rural;

A pós-produção, ou produção depois da porteira é o beneficiamento, transporte, armazenamento, processamento, industrialização e comercialização. As tabelas 3 e

4 mostra a quantidades de estabelecimentos de armazenagem agrícola e pecuária do município.

Tabela 3 - Estabelecimentos de armazenagem de produtos agrícolas

Identificação	Tipos de Armazéns e Capacidade					
	Armazéns		Silos		Secadores	
	Número	Capacidade	Número	Capacidade	Número	Capacidade
CONAB	-	-	-	-	-	-
Cooperativas	01	3.000	-	-	01	08
Particulares	18	71.600	11	74.000	12	304

Fonte: EMATER-GO

Tabela 4 - Estabelecimentos de armazenagem de produtos pecuários

Discriminação	Quantidade(Nº)	Capacidade Total/Ano
Tanques de expansão (leite)	08	875.000 L
Câmaras Frigoríficas	04	15 t
Armazéns especiais para produtos lácteos, frutas, carnes, etc.	-	-
Outros	-	-

Fonte: EMATER-GO

Resumidamente os principais problemas de armazenagem, comercialização, distribuição e destino da produção:

- a) Falta de armazéns públicos e falta de um centro de comercialização e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros no município

- b) Comercialização individual sem local adequado para armazenagem.
- c) Alto custo dos transportes, impedindo a comercialização direta dos produtos e baixa rentabilidade da atividade agropecuária..
- d) Alto índice de inadimplência dos produtores com os agentes financeiros
- e) Desconhecimento do mercado.

### 3.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EMATER FORMOSA <sup>1</sup>

Com uma população de aproximadamente 100.084 habitantes sendo que 8049 compõe a área rural, a cidade de Formosa- GO conta com 9 cooperativas existentes, e 34 associações rurais. Com grande importância econômica oriunda da área rural a assistência técnica é uma ferramenta primordial para manutenção da produção.

A EMATER Unidade local de Formosa conta com 5 técnicos para dar assistência 32 comunidades sendo 1321 agricultores familiares e tradicionais e 1760 agricultores de reforma agrária.

A agência surgiu por volta da metade dos anos 1970, acompanhando a trajetória da extensão em Goiás. Com a publicação da Lei Estadual nº 7.969, de 15 de outubro de 1975, foi autorizada a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás-EMATER-GO, mediante a unificação da ACAR-Goiás com a Coordenadoria de Assistência Técnica, da Secretaria da Agricultura.

O cargo chefe executado eram programas especiais de investimento denominados Pró-leite, POLOCENTRO, PROFIR, PRO-VÁRZEA, entre outros. Foram iniciados trabalhos com juventude e com a família rural. Nessa época, como não havia a reforma agrária, os projetos de investimentos eram demandados por agricultores tradicionais, em sua grande maioria pequenos e médios agricultores, porém alguns grandes também utilizavam os serviços. Nesse período havia licença para atender agricultores de maior porte.

Por volta do ano 1980 eram feito trabalhos de extensão rural nas regiões do Bonito, Santa Leocárdia e Extrema. Em 1984 sediada pela EMBRATER houve a retomada da extensão rural em Goiás, incluindo a cidade de Formosa, que estava muito defasada até então focando mais em projetos de investimentos do que na

<sup>1</sup>extensão propriamente dita. A partir de então houve um levantamento dos municípios de Formosa sobre a realidade de cada família, de cada propriedade e da comunidade rural. Identificados os problemas frequentes foram traçados planejamentos emergidos da própria comunidade, de acordo com sua realidade para solução dos problemas existentes. Um dos problemas era a falta de organização das comunidades, falta de benfeitorias (máquinas agrícolas) para a produção e dificuldade de acesso a crédito. Nessa década também surgiram dois assentamentos de reforma agrária sendo o projeto de Assentamento Santa cruz, pelo INCRA, e projeto de assentamento Paranã I pelo Estado de Goiás, junto com eles foram formalizadas associações.

No final dos anos 80 os agricultores começaram a se organizar com a assistência da EMATER surgindo várias associações como Associação do Bonito, Extrema, Santo Antonio do Alves e São João dos Gonçalo. A EMATER juntamente com as associações fizeram vários projetos de FCO- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste- pelo banco do Brasil, facilitando o acesso ao crédito, beneficiando essas associações. Foram adquiridas por volta de 2000 matrizes leiteiras com o financiamento.

Nos anos 1990 foi criado o Provap ,atualmente Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- aumentando as linhas de créditos e atendendo as associações e agricultores familiares.

Cresceu substancialmente a demanda dos assentamentos com sua expansão. A partir de 2002 foram implantadas a reforma agrária ao nível de Estado, mais especificamente do Banco da Terra e Crédito fundiário, surgindo várias cooperativas. Sendo elas: Coperpalmeira III, Copersis, Coperfomosa, Copercrixás, Copervale e Copergrotão pelo Banco da Terra- GO e três associações também pelo mesmo órgão: Fartura, Catalão e Santo Antonio do Xavier pelo atualmente denominado PNCF Programa Nacional de Credito Fundiário. As cooperativas do Banco da terra têm problemas com suas escrituras desde a substituição das terras por outros agricultores. Os beneficiados que substituíram os originais da escritura

---

<sup>1</sup> Informações colhidas com o corpo técnico da Agência EMATER Formosa por ausência de bibliografia na área.

não conseguiram sua averbação da escritura no cartório devido problemas burocráticos.

De 2004 a 2008 a EMATER local atuou em mais quatro projetos de reforma agrária em convenio com o INCRA-ATES (Assistência Técnica Ambiental e Social). Foram feitos trabalhos de assistência técnica ambiental e social elaborando um projeto de recuperação dos assentamentos até hoje sem muito resultado. Foram feitas varias reuniões e cursos, sendo eles de fruticultura, derivados do leite, oleicultura, hortaliças, artesanato, entre outros.

Em 11 de novembro de 1999 é criada a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário- AGENCIA RURAL, autarquia jurisdicionada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, absorvendo as atividades da EMATER-GO. Com Criação da agencia rural, fusão da AGRODEFESA- Agência Goiana de Defesa Agropecuária- com a extensão rural e posterior extinção da EMATER houve uma enfraquecida nos serviços prestados. Com os encargos de fiscalizar e prestar assistência houve controvérsias dentro de um mesmo órgão havendo assim sua dissociação. Em seu retorno no sistema de agencia, tornando-se uma autarquia jurisdicionada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com grande ciclo de criações, extinções, fusões e liquidações institucionais a EMATER-GO é excluída do processo de liquidação é reativada, retomando da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento as atividades institucionais e quadro de pessoal originário.

Atualmente a EMATER presta assistência em diversos segmentos de criação e culturas, acompanhando e elaborando projetos de financiamento como Pronaf, de custeio e crédito, faz credenciamento da DAP –Declaração de Aptidão ao Pronaf, entre outros serviços de acordo com a demanda do município.

### 3.2. EMATER E O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Anualmente a EMATER elabora um documento constituído do somatório de atividades elaboradas de acordo com a demanda da comunidade rural para provável execução durante o ano. Seu objetivo geral é conscientizar a população rural com bom sendo crítico com envolvimento e participação de diversos órgãos



governamentais e não governamentais, promovendo o desenvolvimento local sustentável, com ênfase à importância a assistência técnica e extensão rural, juntamente com políticas fundiárias.

Como objetivos específicos está em: a) descrever as ações a serem realizadas pela assistência técnica em parceria com os órgãos municipais para firmar a credibilidade rural. As áreas de ações a serem e trabalhadas de acordo com os objetivos gerais serão priorizadas de acordo com as necessidades pelos organizados existentes em parceria. E b) envolver parceiros para que juntos possamos solucionar diversos problemas levantados nas comunidades rurais trabalhadas e atingir nosso objetivo maior que é contribuir na adoção de tecnologia agropecuária e gerencial visando o aumento da produção e maior produtividade, melhoria na comercialização, geração de emprego e renda, equidade social e bem estar dos beneficiários.

O público alvo nestas ações são: Agrovilas do passivo Banco da Terra, agricultores familiares do crédito fundiário, agricultores tradicionais, assentamentos do INCRA e família incluídas no programa Balde Cheio.

Segundo o Plano as metodologias a serem utilizadas pela agência estão descritas na Tabela 4.

Tabela 4: Estratégias de ação

MÉTODOS	NÚMERO DE MÉTODOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Visita	825	1120
Reunião	55	1015
Excursão	05	40
Artigo para o jornal	01	6
Programa de rádio	04	4-
Demonstração de Resultado (DR)	03	160

Unidade de Observação (UO)	02	-
Unidade Demonstrativa (UD)	02	12
Feira/leilão	02	42
Propriedade demonstrativa	01	-
Curso	04	80
Semana	-	-
Convenção	-	-
Encontro	02	100
Dia de Campo	01	120
Dia Especial	4	80-
Exposição	02	20

Fonte: EMATER-GO

Neste planejamento de ações, o trabalho participativo dos órgãos governamentais e não governamentais capacitará as organizações rurais a elevar sua potencialidade com os recursos disponibilizados, pois conquistarão novos mercados com uma nova visão de conhecimentos, melhorando assim a sustentabilidade de suas famílias rurais. É prioridade o envolvimento das autoridades locais e órgãos federais para que sejam disponibilizados recursos para esta melhoria econômica financeira. As estratégias acima planejadas deverão estimular o crescimento educacional racionalizado voltado para o desenvolvimento sócio econômico das empresas rurais.

Todas as metas a serem cumpridas é um processo participativo de levantamento feito das demandas da zona rural e as expectativas a serem alcançadas de acordo com ações já descritas.

A parceria entre órgãos (Banco do Brasil, Copas, EMATER, Secretária de Agricultura Municipal, SENAR e Associações) envolvidos nos programas, contribuirá para o crescimento da renda econômica familiar, beneficiando toda comunidade com geração de novos empregos, aumento de conhecimento tecnológico, elevando assim o nível de capacidade produtiva..

O acompanhamento das ações será pela EMATER, a nível local e regional onde finalizará com avaliações feitas pelos participantes do processo. De acordo com seu Plano a EMATER não medirá esforços para que as ações planejadas em 2012 alcancem o maior índice de aproveitamento das estratégias a serem implementadas.

### 3.3. PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA EXTENSÃO NO BRASIL E EM FORMOSA

Do ponto de vista quantitativo, os números mostram que é quase impossível realizar um trabalho de qualidade na atual relação entre técnico e família rural. Há que se estabelecer um número máximo de famílias com as quais os técnicos devem assumir um compromisso formal e realizar atividades de Extensão Rural. A co-responsabilidade de técnicos e agricultores, preconizada pela PNATER, só pode ser viável se o número de famílias atendidas for coerente com as condições concretas do extensionista em cada localidade. Algumas experiências sugerem uma relação de 100 famílias por técnico. Esse número pode ser o ideal em algumas áreas, mas não em outras, devido às distâncias, às dificuldades de locomoção, etc.(CAPORAL, 2006).

Outro problema a ser enfrentado é a extrema dependência do Estado, as organizações extensionistas passam a sofrer, imediatamente, as influências do poder classista, fortemente determinado pelos interesses das classes dominantes-dirigentes. (Caporal, 1991). Ainda segundo Caporal, sob o comando do Estado capitalista as organizações extensionistas tenderão a desempenhar sempre o mesmo papel, atuando através de seus agentes intelectuais subalternos levando um desenvolvimento excludente do capitalismo no campo, agindo de acordo com um processo educativo disseminador da ideologia burguesa.

Outro fator importante a ser levantado é a respeito deste conjunto de mudanças no modelo de Ater através de contratos terceirizados pode criar

dificuldades de coordenação das ações para alcançar objetivos propostos pela PNATER. A participação de empresas privadas, ONGs, e outras instituições de Ater pode dificultar o processo de mudança, em decorrência da capacidade de intervenção dos órgãos governamentais responsáveis pela PNATER ser menor nestas instituições que nas instituições que pertencem à própria estrutura do Estado.

Problemas relativos a determinação dos módulos fiscais também devem ser levantados. A atual classificação muitas vezes se mostrou imprópria, há casos de agricultores enquadrados como de porte familiar, que recebem recursos do Estado, e possuem mais de 100 hectares de terra. Esta classificação pode gerar distorções onde a consequência é não dar assistência aos estabelecimentos que realmente necessitam, gastando recursos com estabelecimentos que estão fora da população-alvo das políticas públicas. O grande problema a resolver é como identificar os agricultores familiares que realmente necessitam de serviços de Ater.

#### **4. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO**

Durante o estágio realizado na EMATER Formosa unidade local foram realizadas as seguintes atividades:

a) - Projeto Balde Cheio: presença em 4 módulos do curso do projeto sendo eles: Alimentação na seca, Aula prática teste de mastite, Cria e Recria de fêmeas, PGPL.

O projeto Balde Cheio visa articular ações para a promoção e o desenvolvimento sustentável da atividade de bovinocultura de leite em Goiás. De autoria da Embrapa Pecuária Sudeste O público alvo do Programa é propriedades com no máximo 20 hectares, ou seja, pequenos produtores. O primeiro foco do Balde Cheio não são os animais, nem a propriedade, mas o produtor.

b) - Curso GPS básico- treinamento em operação de GPS.

O curso oferecido pelo sistema SENAR-FAEG teve como objetivo demonstrar o uso de todos os recursos de GPSs de diversos modelos. Além da parte teórica foi feita prática em medição de áreas para melhor fixação dos conhecimentos.

c) - Visita técnica as cooperativas, agricultores familiares, assentamentos.

Nas visitas as propriedades os técnicos dão diagnóstico de doenças e pragas nas plantações, receitam remédios para o tratamento dos cultivares e acompanham seu tratamento; levam mudas, sementes quando as conseguem, indicam veterinários para vacinar, tratar dos animais, entre outro.

d) - Visita técnica a hortas da uma creche, hospital municipal; busca de doações de esterco para a horta.

Há um acompanhamento nas hortas comunitárias municipais, levando doações de esterco, sementes, indicando o melhor cultivar para a área, como fazer e preparar a terra para o plantio;

e) - Acompanhamento de elaboração de projeto de custeio do PRONAF

Os projetos são a maior demanda da agência. Diariamente agricultores tiram dúvidas sobre seus projetos, dias de vencimento, parcelas em atraso e vão atrás dos técnicos para a elaboração do projeto para aquisição de crédito.

f) - Acompanhamento de elaboração de projeto de investimento pelo Banco do Brasil.

Como o PRONAF os agricultores demandam bastante os projetos de investimento para aquisição de benfeitorias e melhorias para sua propriedade.

g) - Visita técnica para avaliação de matrizes compradas com dinheiro de crédito. São feitas visitas para acompanhar o andamento dos projetos, compra de animais, benfeitorias, etc.

h) - Congresso 3º Goiás Leite- Luziânia

Congresso com diversas palestras com o intuito de levar informação e conhecimento para aumentar a renda do produtor, melhorar qualidade do leite e a gestão da propriedade.

i) - Curso de Hortaliças e Irrigação

Foi administrado curso de plantação de Hortaliças para comunidade do Coper-cixás, atendendo a demanda da comunidade.

j) - Seminário “O prefeito que queremos, goiana se une para levantar expectativas em relação aos próximos governos municipais” Expectativas para Novo prefeito.

Seminário que reuniu diversos segmentos da comunidade formosense onde foram levantadas as principais prioridades de melhoria para a cidade para que o próximo prefeito possa dar fé e executá-las.

k) - Auxílio no atendimento ao público.

Dúvidas, inscrição em excursões, atendimento ao telefone, levar o agricultor ao técnico correspondente, entre outras funções.

l) - Acompanhamento dos agricultores na Agrobrasília.

Foram levados para o evento cerca de 18 ônibus com a comunidade rural dos municípios e entorno.

#### 4.1. AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

“O aprendizado que se obtém em contato direto com os agricultores é de uma grandeza sem igual”. Digo que aprendi mais a respeito da própria vida a despeito do conhecimento técnico. O acolhimento nas casas, o olhar de confiança e esperança depositados nos que levam a extensão ao campo, o esforço de cada família em seu sustento, a difícil situação de manutenção no campo, a conversa franca e amiga dos colegas de trabalho, a admiração pelos que se mantêm suas raízes mesmo diante tantas dificuldades, uma troca de experiências com quem pode não ser formado em cursos técnico ou superior, porém no curso da vida é um grande doutor.

Observar a humildade e esforço dos técnicos que muitas vezes sem recursos moviam mundos e fundos para auxiliar os agricultores em seus diversos problemas, não somente ligados à produção. Descobri dentro do estágio que é a carreira da extensão que quero seguir, sendo assim minha experiência confirmando meus anseios profissionais anteriores. Apesar do descontentamento em alguns momentos por ver o curso que a extensão goiana vem tomando, me sinto no dever de um dia me enquadrar no quadro técnico de ATER para fazer minha pequena colaboração para mudanças do atual desfecho de grande descaso que a extensão tem levado.”.

## 5. CONCLUSÃO

No percurso histórico da extensão rural é notórios suas oscilações, fusões, ciclos e desmembramentos, um percurso árduo e longe de chegar a uma etapa de estabilização. Mesmo com a Lei de ATER de 2010 e com a criação da PNATER é grande a dificuldade da prestação de serviços de forma participativa e ao alcance dos que realmente precisam. Como em todo Brasil, a extensão rural no Goiás sofre com a falta de recursos, atualização do corpo técnico, impasses do governo, principalmente Estadual e Municipal e faltam incentivos de todo modo para sua otimização.

No município de Formosa-GO mesmo com seu grande potencial para as atividades agrícolas, agropecuárias, grande demanda e um número grande de famílias necessitadas por extensão, os profissionais são reduzidos não atendendo o número ótimo de família por técnico; não há concurso e contratação há 15 anos, evidenciando o descaso com ATER em Goiás. Conseqüentemente sem contratação de novos profissionais não há inovação dentro da empresa, os técnicos ficam sobrecarregados, somando ainda a falta de recurso e baixos salários. Os extensionistas não tem motivação para melhorias nos serviços, para fazer cursos, treinamentos para incorporação do novo conceito de ATER.

Estagiar dentro desse contexto trás uma carga de experiência nem tanto gratificante por nem sempre ver as demandas sendo atendidas, mas uma carga de experiência prática sem tamanho por se fazer conviver com diversos segmentos da agricultura familiar.

Faz-se necessário medidas mais drásticas do povo e dos próprios extensionistas frente ao governo para execução da PNATER, elaboração de novas políticas para campo, além focar o olhar para o rural goiano para que assim um novo e melhor caminho seja trilhado por nossos agricultores, provedores do nosso “pão de cada dia”. Nota-se também a escassez de bibliografia na área específica para o Estado de Goiás, sobre seus gargalos, possíveis soluções para endossar um possível estudo que auxiliasse na mudança do atual estado da extensão goiana

## 6. BIBLIOGRAFIAS

BALEM, Tatiana Aparecida. Da Extensão Rural Difusionista à Construtivista Agroecológica: condicionantes para a transição. **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 28 A 31 DE JULHO DE 2009, RIO DE JANEIRO.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004

CALLOU, A. B. F. et al. O Estado da arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil. Revista Extensão Rural, **DEAER/PPGEx – CCR- UFSM, Ano XV, nº 16, Jul- Dez, 2008.**

CAPORAL, F. R. A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público. Dissertação de Mestrado, prêmio SOBER; Santa Maria, RS, Brasil, 1991.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CAPORAL, F.R.; RAMOS, L. F. Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper com a inércia. Tese em fase de publicação, Brasília, set de 2006.

ESTEVAN, Luís. O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do autor. 1998



FERNANDES, Ricardo Lopes; PLATA, Ludwig Einstein Agurto. A nova assistência técnica e Extensão Rural Brasileira. **Revista Perspectiva em Gestão, Educação & Tecnologia**, v.1, n.1, janeiro-junho/2012.

FREIRE, Paulo. (1979) Extensão ou Comunicação? 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

IBGE (2007). Censo Agropecuário de 2006, Resultados Preliminares. In <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Aceso em 10/07/2012

LISITA, F. O. Considerações sobre a Extensão Rural no Brasil. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 77, p.1-3. abr. 2005.

MATOS, Alan Kardec Veloso. Revolução Verde, Biotecnologia e Tecnologias Alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, v.10, n.12, p.1-17/2010.

MIGUEL, M.M. Documento técnico contendo demandas qualificadas das mulheres nos Territórios da Cidadania do Sul do Amapá no Estado do Amapá; Vale do Jamari e Central Ji-Paraná no Estado de Rondônia; Manaus e Entorno e Baixo Amazonas no Estado do Amazonas e contribuições para aprimoramento da assistência técnica e da extensão rural especializada para mulheres. **IICA-NEAD- Núcleo de Estudos Agrários, São Paulo - SP, Maio/2012.**

MIZIARA, F.; SANTANA. E. P. Extensão Rural no Estado de Goiás: Produção Familiar e Modernidade Reflexiva. Universidade Federal do Goiás. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, jul, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA/GO. A experiência do município de Formosa na Geração de capacidades para o desenvolvimento com enfoque nas cadeias produtivas. Ação de Cooperação Técnica IICA- Município de Formosa. Representação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil, Set, 2008.

SANTANA, E.P. Extensão Rural o Estado de Goiás: Acesso a produção familiar a modernidade (1975-1999) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós graduação em Sociologia, Mestrado em Sociologia, Goiania, 2005.

Secretaria de Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento agrário. A Lei geral de ATER, Chamadas Públicas e contratos de ATER. SEMINÁRIO DE BALANÇO ATER FEIRA DE SANTANA, 18/01/2012

SILVA, D.W. A Extensão e entre discursos e práticas. Mestrado em Agriculturas Amazônicas, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável-MAFDS/NCADR//UFPA.

TEIXEIRA, R.A. Formosa portal do Nordeste goiano ou polo regional de Brasília? Programa de Pesquisa e Pós- Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA/UFG, Goiânia, 2005.

VERDEJO, Miguel Expósito, Revisão e adaptação Décio Contrim e Ladjane Ramos. Diagnóstico Rural Participativo, Guia prático DRP. Secretária de Agricultura Familiar-MDA, gráfica da Ascar-Emater-RS, 2006

Sítios

AGROLINE <<http://www.agronline.com.br/artigos/consideracoes-sobre-extensao-rural-brasil>> acesso em 22-08-2012

Agência Goiana de Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária- EMATER-GO  
<<http://www.emater.go.gov.br>> Acesso em 20-08-2012

Agência Goiana de Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária- EMATER-GO  
<<http://www.emater.go.gov.br/w/409>> Acesso em 14-09-2012

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal- EMATER-DF  
<<http://www.emater.df.gov.br/>> Acesso em 17-07-2012

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-  
EMATER-  
MG<[http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site\\_tpl\\_paginas\\_internas&id=4667](http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=4667)> Acesso em 20-08-2012

Food and Agriculture Organization of the United Nations  
<<http://www.fao.org/docrep/007/ad645s/ad645sm2/AD645S01.htm>> Acesso em 15-08-2012

Ministério do Desenvolvimento Agrário-  
<<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/CNATER>> Acesso em 01-09-2012.

Portal do agronegócio  
<<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=35254>> Acesso em 01-09-2012

Secretária de Estado e Planejamento  
<<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj2/08.htm>> 14-09

Ministério do Desenvolvimento Agrário

<<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf>>

Acesso em 14-09-2012

Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás –FAEG

<<http://www.sistemafaeg.com.br/faeg/site/Index.do>> Acesso em 15-06-2012.

Prefeitura Municipal de Formosa

<[http://formosa.go.gov.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=46&Itemid=11](http://formosa.go.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=11)> Acesso em 17-07-2012.

<<http://formosahistorica.blogspot.com.br/>> Acesso em 01-07-2012

<<http://geraldosimoes1330.com.br/docs/Ater.pdf>> Acesso em 04-07-2012

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)> 18-09-2012

## **7. ANEXO**

### **7.1. ENTREVISTAS COM OS TÉCNICOS**

Foram feitas entrevistas semi estruturadas com os técnicos locais para entender sua análise diante da extensão no município, seus entraves e possíveis soluções. Modelo de entrevista:

- a) Há quantos anos trabalha com a extensão rural ou atividade relacionada?
- b) Quais os pontos positivos e negativos da extensão rural?
- c) Qual sua expectativa diante do quadro atual de extensão na cidade?

Respostas:

Técnico L

“Trabalho com extensão desde do ano de 1989, há 23 anos. É um trabalho em que posso ajudar as pessoas e aprender também; a necessidade faz o aprendizado. Porém a agropecuária brasileira não é valorizada, não há políticas incentivadoras; o quadro social atual da agência é pequeno para tanta demanda: são aproximadamente 1780 famílias somente de assentados, por exemplo, para atendimento, sendo que o certo seria 100 famílias por técnico. As expectativas dependem do Estado, pois o governo liquidou a EMATER e criou uma autarquia no lugar. Nós não temos autonomia como empresa para utilizar os recursos arrecadados com os projetos de Crédito rural que nós mesmo fazemos, para dar uma reestruturada no órgão (como aquisição de veículos). Íamos comprar 150 veículos, mas o Estado vetou nossa proposta e ao invéz da compra fomos autorizados somente a alugar alguns deles. Diante disso a expectativa é que o quadro funcional vá se aposentando e a EMATER pode se extinguir definitivamente, pois não há concurso desde de 1997”.

Técnico R1

“No mês de agosto desse ano completou 31 anos que trabalho com extensão. Com o aumento da área rural e sua crescente demanda levar a extensão a quem precisa é levar o desenvolvimento social e econômico no campo ajudando assim a evitar o crescente êxodo rural. Mas a falta de incentivo por parte do Governo de Goiás é muito grande deixando que sempre falte estrutura e recursos básicos para a execução de todas as tarefas. O sistema de agência não deve acabar, mas a EMATER continuará enfraquecida com essa atual política. Pode ser que mude na próxima eleição com a política de um novo governador. A curto-prazo não há muita saída, quem sabe a longo-prazo.”

Técnico T

“Trabalho com a extensão desde 1981, há 31 anos”. Das vantagens que se podever é que a assistência técnica via EMATER é gratuita, voltada mais para o pequeno

agricultor enquanto a assistência particular está voltada mais para o “grande” agronegócio. Porém com a má gerência política, no repasse de recursos entre o governo federal e estadual, por exemplo, e com seu modo defasado não há incentivo. Os técnicos são mal remunerados. Desde a extinção da EMBRATER, no governo Collor, as expectativas não tem sido nada boas.

Técnico W

“Trabalho com extensão há 20 anos, mas estou a menos tempo na EMATER local. O positivo dessa profissão é poder servir o menos favorecido, levar conhecimento e informação. Fazer com que o agricultor produza e tenha seu sustento. O lado negativo é que falta incentivo oficial, recursos e estrutura física e técnica, para que todos possam ser atendidos. Espero que o novo prefeito da cidade seja impulsor da Agricultura Familiar, e que o governador seja apoiador e alavanque recursos para que possamos atender a demanda e atender a necessidade da Agricultura familiar.”

Engenheira Agrônoma R.

“Por razões pessoais, a engenheira agrônoma está afastada então não pode responder o questionário. Ela trabalha na agência há 15 anos entrando no concurso de 1997.

## 7.2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO PLANO ANUAL - DEMANDAS LEVANTADAS E PRIORIZADAS

Foram selecionadas pela equipe local da EMATER-GO do município de Formosa, a área de ação a ser trabalhada, composta pelas agrovilas do Banco da Terra, assentamentos de Reforma Agrária, associações e cooperativas de agricultores familiares e produtores rurais diversos.

As demandas priorizadas para o município são:

- a) Instrução e capacitação para manutenção das máquinas agrícolas
- b) Capacitação e planejamento de laticínios na zona rural
- c) Capacitação e planejamento para o recebimento, comercialização do entreposto do mel
- d) Curso de capacitação em: agroindústria, olericultura, fruticultura, pecuária, piscicultura.

- e) Emissão de declaração de aptidão para os agricultores familiares
- f) Elaboração de projetos de custeio e investimento agropecuário de acordo com a demanda.
- g) Assistência técnica e extensão rural
- h) Capacitar e instruir o cooperativismo/associativismo
- i) Assistência técnica de projetos federal/Estadual/Municipal em Piscicultura e Avicultura
- k) Assistência as organizações rurais
- l) Estreitamento das parcerias de extensão rural, assistências técnicas (privadas), Órgãos municipais, agentes financeiros, EMATER-DF, MDSA-SRA, INCRA.
- m) Participação em parceria com a SEAP na implantação do programa de inclusão social rural.
- n) Parceria com a SEAP na implantação de programas de inclusão social econômico rural sustentável
- o) Preservação de APPS (reservas legais)
- p) Reflorestar os mananciais, margens dos córregos, nascentes e áreas de preservação.
- q) Plano diretor para a zona rural
- r) Regularização fundiária
- s) Fortalecimento das organizações rurais na área social e econômica
- t) Capacitar os agricultores familiares na comercialização direta dos seus produtos
- u) Parceria com a SEAP na implantação de programas de inclusão social econômico rural sustentável
- v) Preservação de APPS (reservas legais)
- x) Reflorestar os mananciais, margens dos córregos, nascentes e áreas de preservação.
- z) Plano diretor para a zona rural
- a) Regularização fundiária

b) Fortalecimento das organizações rurais na área social e econômica

Capacitar os agricultores familiares na comercialização direta dos seus produtos